



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número /x (.ª)
- PERGUNTA Número 2317 /XII 2 .ª)

Expeça-se

Publique-se

2011 21 09

O Secretário da Mesa

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

Assunto: Despedimentos Delphi

Destinatário: Ministério da Economia

É a terceira vez que nos dirigimos a Vexa. no sentido de obter respostas e medidas concretas sobre a actuação do governo relativamente aos já consumados despedimentos da Delphi da Guarda.

Às duas primeiras perguntas o Ministério da Economia veio dizer, mais coisa menos coisa, que estava atento ao problema, que estava a encetar diligências e a participar em reuniões com vista a encontrar soluções quer para os trabalhadores despedidos quer para a própria cidade da Guarda, que sofreu um forte revés com o encerramento daquela unidade fabril.

Já se sabe que o governo não conseguiu evitar esse encerramento, mas ainda não se sabe o que é que já fez de concreto para minimizar ou compensar o distrito com aquela gravosa perda.

Já deve ser do conhecimento de vexa. que, à semelhança do que se passou com casos similares noutras zonas do país, foram sugeridas pelo menos quatro medidas, a saber:

- A) Criação de um Centro Tecnológico com uma incubadora de empresas sujeitas a um regime de isenções fiscais;
- B) Adopção de um programa especial de reconversão profissional dos trabalhadores despedidos aumentando o envelope financeiro dos Centros de Novas Oportunidades;
- C) Criação de um programa que facilite o acesso ao crédito bancário por parte dos desempregados para incentivar a iniciativa empresarial daqueles;
- D) Recurso por parte do Estado Português ao Fundo Europeu de Apoio à Globalização.

Quanto às três primeiras medidas, o governo não deu ainda qualquer sinal sobre o seu eventual acolhimento.

Quanto ao recurso ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização a Senhora Ministra do Trabalho e Segurança Social veio dizer que o ia desencadear, embora se desconheça se já o fez ou não.


A verdade é que o Estado Português, através do governo, não pode alhear-se da sua responsabilidade social e nem mesmo a eventual procedência do pedido efectuado a esse Fundo suaviza a sua obrigação de fazer o que se impõe.

Numa palavra, uma possível compensação de “dinheiros da União Europeia” não afasta o dever que o governo também tem de investir meios e recursos próprios numa cidade e num distrito tão carenciado e necessitado de efectivas políticas públicas de investimento e diferenciação.


Assim sendo, os deputados do PSD eleitos pelo distrito da Guarda vêm, uma vez mais, solicitar que o Ministério da Economia concretize que medidas ou soluções concretas pretende adoptar nesta questão.

Palácio de São Bento, 08 de Fevereiro de 2011.

Os Deputados do PSD/Guarda



(Carlos Peixoto)



(João Pina Prata)